

BNH promoveu seminário sobre mutirão

Políticos, técnicos, dirigentes de companhias de habitação popular e representantes de entidades públicas ligadas à problemática habitacional estiveram reunidos no final de fevereiro, em Recife, para avaliação de projetos de mutirão e ampla discussão das possibilidades de participação da população na produção de suas próprias habitações. O seminário foi promovido pelo BNH, com apoio da Escola Nacional de Habitação e Pousança e da Companhia de Habitação Popular do Estado de Pernambuco.

Política para a autoconstrução

Divididos em seis grupos de trabalho, sob a coordenação geral de Luiz Guilherme Couto Corrêa, os participantes discutiram temas sobre organização da população para participar de programas de mutirão (coordenadora, Virgínia Hiromi Fukuda Viana; relatora, Maria Teresa Caminha Dueire), aspectos técnicos (coordenadora, Marlene Fernandes; relator, Rafael Dely), treinamento de técnicos e da população para o trabalho de mutirão (coordenadora, Vânia Albuquerque; relatora, Thereza Cristina Couto Carvalho), financiamento de programas de mutirão (coordenadora, Clementina de Ambrosi; relator, Roberto Voto Akil), aspectos legais (coordenadora, Gilda Blank; relator, João Agripino Maia) e aspectos institucionais (coordenador, Paulo Roberto Lobo Guimarães; relator, Henry Cherkezian).

Segundo o relatório final, baseado nas conclusões dos grupos de trabalho e elaborado por Peter José Schweizer, a possibilidade de ser definida política nacional no campo da autoconstrução habitacional e conseqüente programação voltada a atender a população de escassos recursos requereria o desenvolvimento de diretrizes gerais, entre as quais o relatório sugere: as agências governamentais devem estimular a comunidade a discutir seus próprios problemas e criar ou desenvolver algum tipo de organização própria ou autônoma e, ainda, incentivar ao máximo a participação da população nas decisões sobre o projeto e o partido urbanístico, no que se refere à moradia, infra-estrutura e equipamentos necessários e viáveis; a participação dos técnicos deve realizar-se através de articulação com a cultura, valores e aspirações dos grupos sociais envolvidos; deverá haver maior participação de engenheiros e arquitetos na assessoria técnica às prefeituras executoras de projetos de autoconstrução nos moldes já propostos pelo Confea; maior participação ativa das prefeituras municipais; definição, pelo BNH, de parâmetros técnicos mínimos, facilitando o cumprimento da legislação sobre o exercício das profissões de engenheiros e arquitetos; os agentes executores de programas habitacionais, a nível local ou regional, deverão ser estimulados a apoiar os projetos de autoconstrução, oferecendo assistência técnica e financeira, quando for o caso; estímulo à articulação das instituições federais, estaduais e municipais, visando obter recursos técnicos e financeiros para as iniciativas que sejam tomadas nesse campo; a capacitação de técnicos e da população, que deverão atuar em conjunto nas fases de projeto e execução da autoconstrução, é indispensável ao êxito de cada iniciativa; no caso específico dos governos estaduais, deverão ser estimuladas as iniciativas que visem a suprir a

capacidade técnica inexistente na maioria das prefeituras.

Recomendações gerais do seminário

Entre as muitas recomendações do seminário - algumas específicas para instituições federais, estaduais e municipais -, estão as seguintes, de ordem geral:

- Promover a participação efetiva da comunidade em todas as etapas do processo de autoconstrução, desde o levantamento de informações básicas, passando pela participação da definição dos projetos, tanto de urbanismo como da edificação, da definição dos regulamentos dos trabalhos coletivos até a administração do conjunto construído.

- Promover, detectando as vocações regionais e locais, na área de cada projeto de autoconstrução, o desenvolvimento de atividades produtivas e comerciais caracterizadas como pertencentes ao setor informal da economia (artesanato, microempresas, empresas familiares etc.). Dessa forma, cada projeto deve considerar a possibilidade de formação de mecanismos estimuladores da criação de unidades de produção na comunidade, privilegiando, sempre que possível, a via cooperativa. Assim sendo, poderão ser associados o trabalho e a produção às condições de habitação, sem a perda da dimensão educacional do trabalho.

- Nos programas destinados à população mais pobre, será da responsabilidade do poder público a implantação de uma infra-estrutura mínima indispensável para propiciar níveis razoáveis de qualidade de vida, prevendo e respeitando as soluções adequadas à realidade regional e local. Para tanto, deverão ser estudadas soluções simplificadas mais coerentes à realidade do país e dessas populações carentes.

- Estimular a padronização, racionalização e, quando for o caso, a pré-fabricação dos componentes das obras de infra-estrutura e construção da moradia por processos de autoconstrução. Isso deve voltar-se à diminuição do trabalho gratuito da comunidade e de cada família participante na construção de sua habitação e a permitir o uso da moradia num prazo menor de construção.

- Estimular o desenvolvimento de programas voltados à recuperação e geração de conhecimentos aplicados à autoconstrução, tendo em vista ampliar o repertório tecnológico apropriado aos assentamentos humanos carentes, respeitando as características culturais, sociais e econômicas de sua população.

- Apoiar, nos locais dos projetos de autoconstrução, a criação de centrais para compra de materiais de construção, a fim de vender a preços mais baixos que os do mercado, às famílias que constroem suas moradias. Outro procedimento recomendado constitui-se em permitir que cada família compre diretamente seus materiais de construção com recursos previstos no financiamento. Esta matéria deverá ser mais estudada para permitir uma posterior regulamentação.

- Os agentes financeiros e os agentes promotores de programas habitacionais de interesse social que venham a utilizar projetos com autoconstrução

deverão assumir a responsabilidade técnica da obra como um todo, visando atender à população e às determinações legais que existirem nesse particular.

- Descaracterizar qualquer vínculo de natureza trabalhista entre os agentes que promovem projetos de autoconstrução e a população beneficiada que trabalha em sua própria obra. Portanto, poderão ser estimuladas, em cada projeto, as associações de condôminos que poderão manter conta corrente em bancos credenciados, onde seriam depositados os recursos financeiros para compra de materiais em nome da associação. Outro procedimento identificado consiste na compra dos materiais por um dos participantes do mutirão, com uma procuração dos demais.

- Realizar seminários e outros eventos visando sensibilizar as diversas entidades governamentais que possam integrar-se a um programa de autoconstrução a fim de reduzir os desperdícios e correntes da superposição de esforços ou ações setoriais estanques entre os níveis federal, estadual e municipal.

- Realizar um programa intensivo de capacitação destinado às equipes técnicas das companhias de habitação popular e demais organismos responsáveis pela implementação e avaliação de projetos de autoconstrução. Isto possibilitará a formação nessas entidades, de um núcleo coordenador para o processo de produção de habitações populares.

- Avaliar as potencialidades existentes na população, tendo em vista a elaboração dos programas de capacitação para cada comunidade envolvida em um projeto de autoconstrução habitacional. Com isso poderá ser assegurada maior participação das famílias no processo produtivo de geração da moradia e o treinamento para tarefas que exige a construção.

- Durante o período de execução de um projeto deverá ser assegurado pelos agentes o funcionamento, junto aos autoconstrutores, de equipes de apoio e assistência técnica à construção das unidades habitacionais e ao desenvolvimento das comunidades.

- Criar a cobertura de seguro para a fase de produção de habitações autoconstruídas, posto que não existe, em princípio, durante essa fase, o seguro que caracterize qualquer relação do participante da autoconstrução com a prefeitura ou a companhia de habitação popular que promove o projeto.

- Determinar aos órgãos executores da política de autoconstrução o estímulo para que se dê ampla participação das entidades organizadas da sociedade civil, identificadas com os objetivos da política, tais como, entre outras, universidades, órgãos de classes e sindicatos, nos projetos que venham a ser realizados.

- Criar novos mecanismos que conduzam à maior ampla participação do conjunto da sociedade em projetos de autoconstrução, como no caso de Goiânia, de modo a permitir que outras camadas sociais contribuam para a superação do problema da pobreza.

- Promover um comprometimento real por parte dos técnicos e dos órgãos envolvidos com as comunidades, visando o êxito de iniciativas públicas com projetos de autoconstrução.